



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

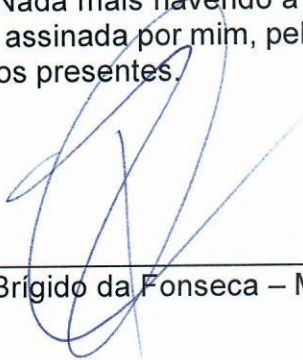
ATA DA 98.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às dez horas (10:00), na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente na Rua José Gonçalves da Mota Júnior 14 – Vila Valença – São Vicente/SP., reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, para, nos termos da legislação vigente, e conforme convocação, deliberar sobre os seguintes assuntos: 1 – Apreciar e votar os Balancetes referentes aos meses de março/abril de 2024. 2 – Política de Investimentos; 3 – Assuntos Gerais. Feita a chamada, verificou-se a presença dos Srs. Thiago Alves de Lima Rodrigues - presidente, Paulo Brígido da Fonseca, Roberto Ciccarelli Filho, Gabriel Scuzziato Dubiela, Antonio Carlos Pereira Arcanjo, Roberta Leopoldo Ferreira Furlan, Thatiana Teixeira, e convidado pelo Presidente Thiago o Sr. Rubens Romão Fagundes – Coordenador Geral. Aberto os trabalhos o presidente saudou os participantes. Ato contínuo o Presidente solicitou ao Sr. Arcanjo que procedesse a leitura da ata da última reunião, o que foi feito e como todos concordaram, foi aprovada. Passou-se então a verificação necessária dos documentos contábeis referente ao período em análise. Iniciada a análise do balancete do segundo bimestre do exercício de 2024. Foram apresentados para análise e devidamente analisados relativos ao segundo bimestre, os seguintes documentos: Balancete analítico da receita orçamentária; Balancete analítico da receita extra orçamentária; Balancete analítico da despesa orçamentária; Balancete analítico da despesa extra orçamentária; e Balanço Financeiro. Os membros do Conselho, ao analisarem os balancetes, solicitaram os devidos esclarecimentos. Com a palavra o Sr. Rubens Romão Fagundes Coordenador Geral, explicou que no plano financeiro se encontrava em atraso a Contribuição Patronal parcial relativa ao 13º de 2023 e março de 2024, e no plano Previdenciário contribuição servidor parcial relativa ao mês de janeiro de 2024 e parcelamento 377/2023 de março e abril de 2024. O Coordenador Rubens Romão esclareceu que a Contribuição referente a março de 2024 foi paga em maio de 2024. Que o parcelamento 377/23 referente a março e abril também foi pago em maio de 2024. Após às devidas análises e esclarecidas às dúvidas, diante da documentação apresentada e do resultado verificado no período em exame, esse Conselho Fiscal, por decisão de todos os Conselheiros presentes, dá parecer favorável à aprovação das contas relativas ao segundo bimestre, devendo ser transcrito o respectivo documento e encaminhado ao Conselho de Administração para deliberação. Com a palavra o Conselheiro Paulo, Coordenador de Investimentos, informou que nesse último bimestre não fizemos nenhuma movimentação fora do comum. A última movimentação grande que fizemos, vou lembrar foi nos meses de janeiro e fevereiro. Que no primeiro mês do ano, a rentabilidade da nossa carteira foi inferior à meta atuarial em 0,66%, principalmente pelo péssimo desempenho da bolsa brasileira, o que impactou diretamente os nossos fundos de ações, que equivalem a 10% do portfólio do Ipresv. Apesar desta queda nas ações, encerramos o mês com uma rentabilidade positiva em 0,36%, porém abaixo da meta atuarial de 1,02%. Em relação ao mês de fevereiro, tivemos uma boa recuperação, inclusive no fundo de ações, apresentando uma rentabilidade de 1,22%, ficando assim acima da meta de 1,14% no mês. O mês de março continuou apresentando bons resultados em todos os ativos e entregou um rendimento de 0,96% diante de uma meta de 0,60%. Sendo assim, no primeiro trimestre do ano, podemos dizer que acompanhamos a meta atuarial que foi calculada em 2,85 %, ou seja, apenas 0,11% acima dos 2,73% atingidos pela carteira do Ipresv. O Comitê decidiu por



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

permanecer posicionado nos ativos de renda variável, porém, no segundo trimestre será feita uma nova análise das taxas NTN-B, a fim de buscar maior proteção para a carteira nesse cenário econômico tão incerto. Informou, ainda, que como é do conhecimento de todos estamos certificados no Pró-Gestão, no entanto, enquadrados no nível 1. Estamos passando por um processo de auditoria visando o enquadramento no nível 3. Apresentou um breve panorama sobre todos os itens que temos que atender para sermos certificados no nível 3. Assuntos Gerais. Seguindo ao exame dos benefícios concedidos no período, a saber: quinze (15) aposentadorias, zero (00) pensão e sete (07) exclusões, no mês de março; treze (13) aposentadorias, uma (01) pensão e onze (11) exclusões no mês de abril, ou seja, vinte e oito (28) aposentadorias, uma (01) pensões e dezoito (18) exclusões no total do bimestre em análise. Sendo que nada foi constatado que desabonasse a concessão dos benefícios. Em seguida foi feita a leitura do Relatório do Comitê de Investimentos que, também, foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, eu Antonio Carlos Pereira de Arcanjo lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente Thiago Alves de Lima Rodrigues e pelos demais Conselheiros presentes.

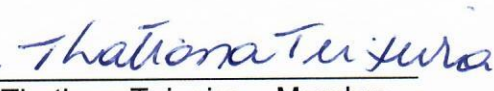

Paolo Brígido da Fonseca – Membro


Roberto Ciccarelli Filho – Membro


Gabriel Scuzziato Dubiela – Membro


Antonio Carlos Pereira Arcanjo – Sec.


Roberta Leopoldo Ferreira Furlan - Membro


Thatiana Teixeira – Membro


Thiago Alves de Lima Rodrigues
Presidente